

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração sobre às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios Quotistas e Administradores da
ZX Renováveis S.A.
Tocantins - TO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da ZX Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ZX Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia integra um grupo econômico e mantém saldos relevantes de contas correntes com partes relacionadas, registrados no ativo e no passivo, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 07. Tais saldos decorrem da gestão centralizada de caixa do grupo e das operações financeiras realizadas entre as empresas relacionadas, de acordo com os termos estabelecidos pela Administração. Dessa forma, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser analisadas considerando esse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente, não emitimos opinião sobre os mesmos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - TO


William Morton Ricardo
Contador CRC 1 SP 239058/O - S - TO

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42	168	Fornecedores	-	551	500
		42	168			551	500
Não circulante				Não circulante			
Créditos a receber de partes relacionadas	7	202.384	170.482	Provisão de perdas com investimentos	8	10.526	793
Outros ativos	6	-	2.600	Contas a pagar com partes relacionadas	7	256.870	217.571
Investimentos	8	-	200			267.396	218.364
		202.384	173.282				
				Patrimônio líquido a descoberto			
				Capital Social	9	1.000	1.000
				Prejuízos acumulados		(66.521)	(46.413)
						(65.521)	(45.413)
Total do ativo		202.426	173.451	Total do passivo e patrimônio líquido		202.426	173.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(9.466)	(5.686)
Despesas tributárias	10	(323)	-
		(9.789)	(5.686)
(Despesas)/receitas não operacionais			
Resultado de equivalência	8	(9.933)	(613)
		(9.933)	(613)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	2	2
Despesas financeiras	11	(387)	(1.715)
		(385)	(1.712)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(20.107)	(8.011)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Prejuízo do exercício		(20.107)	(8.011)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(20.107)	(8.011)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(20.107)	(8.011)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)

(Em Reais)

	Capital social	(-) capital a integralizar	Total do Capital Social integralizado	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	1.000	-	1.000	(7.503)	(6.503)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(38.910)	(38.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	1.000	-	1.000	(46.413)	(45.413)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.107)	(20.107)
Aumento de Capital	20.000	(20.000)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.000	(20.000)	1.000	(66.521)	(65.521)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)

(Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(20.107)	(8.011)
Equivalência patrimonial	9.933	613
Resultado ajustado por transações que não afetam o caixa		
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Outros ativos	2.600	(2.600)
Fornecedores	51	500
Outras obrigações	-	(350)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(7.524)	(9.848)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.524)	(9.848)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Créditos a receber de partes relacionadas	(31.902)	(58.810)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(31.902)	(58.810)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Contas a pagar com partes relacionadas	39.299	67.321
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	39.299	67.321
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(126)	(1.336)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168	1.505
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42	168
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(126)	(1.336)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A ZX Renováveis S.A. (“Companhia”) foi constituída em 11 de dezembro de 2020, e é uma sociedade de capital fechado. Sua Sede está localizada no Rod TO-110, Loteamento Ribeirão Bonito, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, atuando como “*holding não controlador*” a, conforme segue:

Participação minoritária	%
Central Hidrelétrica Surreal SA	0,87
Usinas Participações AS	2,00

CE Surreal

A companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração de Centrais hidrelétricas (CHS). A mesma se encontra em fase inicial de operações e sem movimentação relevante.

Usinas Participações

A Companhia tem por objeto social participação em outras sociedades no ramo de energia renováveis, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, atuando como *holding*. Se encontra em fase inicial de operações e sem movimentação relevante.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 66.521 (31 de dezembro de 2022 R\$ 46.413) e capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 509 (31 de dezembro de 2022 – R\$332), esta situação advém de despesas administrativas para manutenção e continuidade da Companhia.

Apesar dos prejuízos incorridos em exercícios anteriores, a Administração avaliou o pressuposto da continuidade operacional e concluiu que sua adoção permanece adequada para a elaboração destas demonstrações contábeis.

A continuidade das operações da Companhia tem sido suportada pela captação de recursos junto aos sócios, partes relacionadas e instituições financeiras. No exercício de 2024, foram realizados aportes financeiros por partes relacionadas no montante de R\$ 9.228.293, destinados ao financiamento das atividades operacionais e ao desenvolvimento dos projetos em andamento. Adicionalmente, a Companhia obteve empréstimos junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA) no valor de R\$ 14.601.896, destinados ao financiamento de seus empreendimentos. Em 2025, foi celebrado aditivo contratual ao referido empréstimo, reforçando o suporte financeiro necessário à conclusão dos projetos em desenvolvimento.

A Administração permanece avaliando alternativas adicionais de captação de recursos. Nesse contexto, existe a expectativa de emissão de debêntures ao longo de 2026, com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital e prover recursos para a continuidade dos investimentos e das operações do Grupo.

A Administração entende que os recursos já captados, o suporte contínuo de seus sócios e credores, bem como a expectativa de entrada em operação dos empreendimentos atualmente em fase final de desenvolvimento, são fatores que suportam adequadamente a adoção do pressuposto da continuidade operacional no futuro previsível.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando a realização dos ativos e a liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Consequentemente, não foram efetuados ajustes relativos aos valores de realização e classificação dos ativos e passivos que seriam requeridos na hipótese de descontinuidade das operações.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação (declaração de conformidade)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgãos reguladores competentes, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram autorizadas para uso, pela Administração, em 21 de agosto de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a determinados ativos e passivos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis apresentadas nestas notas explicativas.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua pela Administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados.

Na data destas demonstrações contábeis, a Companhia não possui saldos registrados decorrentes de estimativas contábeis relevantes que demandem divulgações específicas, tampouco identificou julgamentos críticos que possam produzir efeitos materiais sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Caso ocorram eventos ou circunstâncias que exijam a constituição de estimativas contábeis, tais como perdas esperadas de crédito, provisões para contingências, testes de recuperabilidade de ativos (impairment), mensuração de instrumentos financeiros ou determinação de vidas úteis e valores residuais de ativos imobilizados, seus efeitos serão reconhecidos e divulgados de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída no critério descrito na Nota Explicativa nº 3.2.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No caso da Companhia, ela própria é a única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Investimento em Coligadas

Os investimentos registrados pela Companhia referem-se, substancialmente, às participações societárias detidas em suas sociedades controladas, constituídas para o desenvolvimento e exploração de empreendimentos no setor de geração de energia elétrica.

Os valores investidos refletem a estratégia de longo prazo adotada pela Administração, que consiste na implantação e operacionalização dos projetos desenvolvidos pelo Grupo. A recuperabilidade desses investimentos está vinculada à capacidade futura de geração de caixa dos empreendimentos, a qual é acompanhada periodicamente pela Administração por meio de estudos econômico-financeiros e projeções operacionais.

3.5. Adiantamentos

Os valores registrados na rubrica de adiantamentos correspondem aos recursos disponibilizados pela Companhia às suas sociedades controladas para financiamento das atividades relacionadas ao desenvolvimento dos respectivos projetos, incluindo gastos com implantação, contratação de serviços especializados, aquisição de equipamentos, cumprimento de obrigações contratuais e demais desembolsos necessários à viabilização dos empreendimentos.

Tais adiantamentos possuem natureza operacional e estão diretamente relacionados à execução do planejamento financeiro e operacional do Grupo, sendo acompanhados pela Administração quanto à sua adequada aplicação e recuperação econômica por meio da geração futura de caixa dos ativos desenvolvidos.

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Empréstimos vinculados ou não a partes relacionadas

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Instrumentos financeiros básicos

Reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial

Os ativos e/ou passivos financeiros são mensurados pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado).

Mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros básicos são mensurados a custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final de cada exercício, a Companhia mensura os instrumentos financeiros:

- (a) Os instrumentos de dívida que atendem são mensurados com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (b) Compromissos de receber empréstimo são avaliados com base no custo menos reduções ao valor recuperável;
- (c) Os investimentos em ações preferenciais não conversíveis e ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis são mensurados conforme a seguir:
 - Ações negociadas publicamente: os investimentos são mensurados a valor justo, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado;
 - Todos os outros investimentos deste tipo são avaliados com base no custo menos reduções ao valor recuperável.

Valor recuperável de instrumentos financeiros

No final de cada exercício, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado.

Se, no exercício subsequente, a perda no valor recuperável diminui, e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento dessa perda, a Companhia reverte a perda reconhecida anteriormente, seja diretamente ou pelo ajuste de conta de provisão.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Companhia desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

- (a) Os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados;
- (b) A Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro;
- (c) A Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. Nesse caso, a Companhia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Desreconhece o ativo; e/ou
- (ii) Reconhece separadamente quaisquer direitos e obrigações retidos ou criados na transferência.

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto – ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expirada.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não adotadas de forma antecipada

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025

Impactos da adoção dos novos pronunciamentos

A Administração da Companhia avaliou os novos pronunciamentos e alterações normativas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 e concluiu que sua adoção não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando a natureza de suas operações. Em especial, a Companhia não possui operações de sale and leaseback, acordos de financiamento de fornecedores ou transações em moedas não cambiáveis que demandem divulgações adicionais. As alterações relacionadas à classificação de passivos circulantes e não circulantes não resultaram em mudanças nos critérios de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Caso a alteração referente ao IAS 21 / CPC 02 (R2), vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, seja aplicável, a Administração continuará acompanhando seus efeitos, não sendo esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras com base nas operações atualmente desenvolvidas pela Companhia.

ZX RENOVÁVEIS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Banco conta movimento	10	10
Aplicação financeira (*)	32	158
	<u>42</u>	<u>168</u>

(*) As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizadas instituições financeiras de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, possuindo rentabilidade diária com base no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que se aproxima de 100%, com liquidez de curto prazo.

6. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Outras contas a Receber		
Adiantamento fornecedor	-	2.600
	<u>-</u>	<u>2.600</u>

7. Partes relacionadas

A Companhia mantém saldos de a receber da Usinas Participações e saldos a pagar da controladora, tendo como característica uma centralização do caixa do Grupo econômico, com base em termos e condições definidas entre as partes, sem atualização e prazo de vencimento. Caso essas transações fossem realizadas com terceiros o desempenho da Companhia poderia ser diferente. O saldo está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Usinas Participações Ltda.	202.384	170.482
	<u>202.384</u>	<u>170.482</u>

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
ZX Participações S.A.	256.871	217.571
	<u>256.871</u>	<u>217.571</u>

8. Investimentos

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

Controlada	%	Investimento em	
		31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Central Hidrelétrica Surreal Ltda.	0,87	-	200
Usinas Participações	2,00	-	-
		-	200

Passivo

Controlada	%	Investimento em	
		31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Central Hidrelétrica Surreal Ltda.	0,87	(9.300)	-
Usinas Participações	2,00	(1.226)	(793)
		(10.526)	(793)

Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	31/12/2022 (Não auditado)	Equivalência Patrimonial	31/12/2023
Central Hidrelétrica Surreal Ltda.	200	(9.500)	(9.300)
Usinas Participações	(793)	(433)	(1.225)
	(593)	(9.933)	(10.526)

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 21.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2022), representado pelas ações descritas a seguir. Em dezembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 20.000, permanecendo referido valor pendente de integralização na data-base das demonstrações financeiras:

Descrição	Ações ordinárias	%	Valor (R\$)
ZX Participações S.A.	20.670	98,43%	20.670,00
Marcos Pastore David	30	0,14%	30,00
Roberto Taiar Arbex	150	0,71%	150,00
Fauto C. Moraes	150	0,11%	150,00
	21.000	100,00%	21.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesas por função e natureza

Classificação por função	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(9.466)	(5.686)
Despesas tributárias	(323)	-
	<u>(9.789)</u>	<u>(5.686)</u>

Classificação por natureza	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Assessoria Contábil	(6.557)	(5.500)
Serviços tomados (a)	(2.600)	-
Outros (b)	(633)	(186)
	<u>(9.789)</u>	<u>(5.686)</u>

(a) Serviços tomados no período de 2023, tendo como principal consultoria;

(b) A composição inclui certificado digital, despesas com taxas diversas e licenças de software.

11. Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

Despesas financeiras	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Juros passivos (a)	(8)	-
Despesas bancárias	(379)	(1.715)
	<u>(387)</u>	<u>(1.715)</u>

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo regime do lucro presumido para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não auferiu receitas tributáveis, razão pela qual não foram apurados valores de IRPJ e CSLL no exercício.

13. Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos ou quaisquer obrigações presentes de natureza cível, trabalhista ou tributária que demandassem o reconhecimento de provisões para contingências ou a divulgação de passivos contingentes nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

14.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022 (não auditado)	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42	42	168	168
Partes relacionadas	202.384	202.384	170.482	170.482
	<u>202.426</u>	<u>202.426</u>	<u>170.651</u>	<u>170.651</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	551	551	500	500
Partes relacionadas	256.871	256.871	217.571	217.571
	<u>257.422</u>	<u>257.422</u>	<u>218.071</u>	<u>218.071</u>

A Administração entende que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras são substancialmente equivalentes aos seus respectivos valores justos, em razão de sua natureza, dos prazos de vencimento e das condições contratadas.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros da Companhia compreendiam caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, partes relacionadas e demais contas a pagar e a receber. Tais instrumentos são mensurados pelo custo amortizado e, considerando suas características, seus valores contábeis representam uma aproximação razoável de seus valores justos.

Dessa forma, a Administração concluiu que não existem diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente e os respectivos valores justos na data-base das demonstrações financeiras.

14.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos:

- a) Risco de crédito: a exposição da Companhia ao risco de crédito é reduzida e está relacionada, principalmente, aos saldos mantidos em instituições financeiras. As aplicações financeiras existentes são decorrentes de aplicações automáticas realizadas pelos bancos, com liquidez imediata e baixo risco de crédito;
- b) Riscos de liquidez: corresponde ao risco de a Companhia não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos financeiros e operacionais nos respectivos vencimentos, em decorrência de eventual descasamento entre os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos. A Administração monitora continuamente a posição financeira e as projeções de fluxo de caixa da Companhia. Quando necessário, para mitigar eventuais necessidades de liquidez, a Companhia poderá contar com aportes de capital dos acionistas e/ou recursos provenientes de partes relacionadas, incluindo sua controladora;
- c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): corresponde ao risco de a Companhia sofrer impactos financeiros decorrentes de oscilações nas taxas de juros aplicáveis aos seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, a principal exposição da Companhia a esse risco estava relacionada às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras, as quais possuem remuneração vinculada a taxas de mercado. A Administração monitora continuamente essas exposições e entende que, considerando a natureza e os montantes envolvidos, o risco de taxa de juros não representa impacto relevante sobre as demonstrações financeiras;
- d) Risco hídrico: corresponde ao risco decorrente da escassez de recursos hídricos ou de períodos prolongados de baixa precipitação, que podem afetar a disponibilidade de água necessária à geração de energia, impactando a capacidade operacional do empreendimento. A Companhia monitora as condições hidrológicas da região e adota medidas de acompanhamento da disponibilidade hídrica do empreendimento. Embora a Companhia possua uma nascente localizada em suas instalações, a Administração considera que eventuais alterações climáticas e períodos de estiagem podem influenciar a vazão hídrica, razão pela qual o risco permanece sujeito a monitoramento contínuo.

15. Eventos Subsequentes

Em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente (IAS 10 – Events after the Reporting Period), a Administração avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2023 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, identificando os seguintes assuntos relevantes:

a) Reorganização societária

No exercício de 2024, a Companhia passou a exercer o controle da CE Surreal, equivalentes a 70,49%, por meio de cessão de quotas realizada pela ZX Participações. Adicionalmente, no exercício de 2026, a Companhia passou a exercer o controle da CE Sirivera, equivalentes a 81%, também mediante cessão de quotas efetuada pela ZX Participações, controladora da Companhia.

Tais eventos representam uma reorganização societária do grupo econômico e produzirão reflexos nas demonstrações financeiras dos exercícios subsequentes, incluindo a consolidação das sociedades controladas, quando aplicável.

A Administração destaca que a controlada CGH Surreal possui previsão de entrada em operação comercial ainda no decorrer de 2026. Com o início de suas operações, a Companhia, na condição de holding operacional de seus investimentos, passará a contar com ativos geradores de caixa capazes de proporcionar faturamento mensal estimado em aproximadamente R\$ 1.227.000

Desse montante, estima-se que a CH Sirivera seja responsável por cerca de R\$ 285.000 mensais, decorrentes do Contrato de Energia de Reserva (CER), vigente até o ano de 2050, considerando o valor atualizado de aproximadamente R\$ 325 por megawatt e geração estimada de 1,25 megawatt médio. Adicionalmente, a CGH Surreal possui expectativa de faturamento mensal de aproximadamente R\$ 942.000, decorrente de contrato de geração distribuída, considerando o valor atualizado de aproximadamente R\$ 715 por megawatt-hora e geração estimada de 1,8 megawatt médio.

b) Rompimento da barragem

Em dezembro de 2025, ocorreu o rompimento de uma barragem durante a fase de construção da usina pertencente à controlada CE Surreal. Embora o evento tenha recebido ampla repercussão na mídia, os danos permaneceram restritos à área de propriedade da usina, não havendo impactos identificados em áreas de terceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado)
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do evento, foram constatados danos à infraestrutura da usina, tornando necessária a realização de serviços de manutenção e recuperação das estruturas afetadas, bem como ocasionando atraso no cronograma originalmente previsto para a conclusão do empreendimento, ficando como expectativa de conclusão da usita até o final do segundo semestre de 2026.

Considerando que os impactos decorrentes do rompimento da barragem permaneceram restritos à área de propriedade da Companhia, não havia, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, processos judiciais ou administrativos relevantes ajuizados contra a Companhia ou suas controladas relacionados a esse evento.

Não obstante, a Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, mantém o monitoramento contínuo de eventuais ocorrências e desdobramentos futuros que possam resultar em contingências passivas.

Durante o exercício, em decorrência do rompimento da barragem ocorrido no empreendimento em fase de construção, parte das estruturas e dos custos anteriormente registrados no ativo imobilizado em andamento foi danificada e considerada perdida.

Em razão do evento, a Companhia identificou a perda de parcela dos custos incorridos na construção do empreendimento, no montante de R\$ 473.012, correspondente aos valores associados aos componentes da construção afetados pelo rompimento da barragem.

O referido montante foi reconhecido como perda no resultado do exercício, mediante baixa dos valores registrados no ativo imobilizado em andamento, uma vez que os custos relacionados aos itens danificados não representam benefícios econômicos futuros para a Companhia.

A Administração avaliou os impactos decorrentes do evento sobre o empreendimento e continuará acompanhando as medidas necessárias à recuperação e continuidade das obras, bem como os eventuais impactos adicionais que possam decorrer da ocorrência.

O procedimento encontra-se, até a presente data, em fase administrativa de apuração perante o Ministério Público do Estado do Tocantins, não tendo sido ajuizada qualquer ação judicial — civil pública ou de outra natureza — em face da Companhia. O Órgão Ministerial ainda vem conduzindo a coleta e análise de elementos técnicos relativos ao incidente (laudos, perícias e diligências)

c) Contratos realizados

Em 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato relacionado à comercialização da energia a ser gerada pelos empreendimentos de seu grupo econômico, estabelecendo condições comerciais para a geração de receitas decorrentes da entrada em operação dos ativos.

Nos termos do contrato celebrado, estima-se que, com o início das operações dos empreendimentos, a Companhia, na condição de holding operacional de seus investimentos, passe a contar com ativos geradores de caixa capazes de proporcionar faturamento mensal estimado em aproximadamente R\$ 1.227.000.

A celebração do referido contrato constitui evento subsequente que não implica ajuste dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que ocorreu após a data-base. Entretanto, por sua relevância para a compreensão da posição financeira e das perspectivas futuras da Companhia, o evento é divulgado nas presentes demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 24 – Eventos Subsequentes.

A expectativa de geração de receitas está sujeita ao cumprimento das condições contratuais, à entrada em operação dos empreendimentos e às condições operacionais e de mercado aplicáveis, não constituindo garantia de realização dos valores estimados.